



ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM JACIARA (MT)

BETWEEN THE STATE AND SOCIETY: THE CONTRIBUTION OF THE PESTALOZZI ASSOCIATION TO PUBLIC EDUCATION IN JACIARA (MT)

DOI: 10.5281/zenodo.17478400



*Adriano de Oliveira Rodrigues¹
Cesar Riboli²*

RESUMO

As organizações sociais têm emergido como atores relevantes no cenário das políticas públicas educacionais, especialmente no contexto municipal brasileiro. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo compreender as contribuições da Associação Pestalozzi para a efetivação das políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT). Parte-se da análise do papel das organizações sociais como mediadoras entre Estado e sociedade civil, observando sua relevância na implementação e no fortalecimento das políticas educacionais inclusivas. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e de caráter explicativo, baseada em levantamento bibliográfico e documental. Fundamenta-se no método dialético, que possibilita examinar contradições, avanços e desafios da gestão educacional em parceria com o terceiro setor. O estudo demonstra que, embora a literatura sobre políticas públicas e organizações sociais seja extensa, há escassez de trabalhos que

- 1 Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da URI, Campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: a110214@uri.edu.br.
- 2 Pós-doutor em educação (UFPB); Doutor em educação (UNISINOS); Mestre em Direito (URI). Especialista em Docência e Direito Tributário. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito da URI/FW e do mestrado e doutorado em Educação. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/RS. Avaliador do INEP/MEC. Analista da Receita Estadual inativo e Advogado. Frederico Westphalen/Rio Grande do Sul/Brasil. E-mail: criboli@uri.edu.br.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





abordem a interação entre essas instituições e o poder público municipal. Assim, a Associação Pestalozzi de Jaciara representa um exemplo concreto de atuação articulada entre governo e sociedade, contribuindo para o acesso à educação e para o exercício da cidadania. Assim, conclui-se que a experiência da entidade amplia a compreensão sobre o papel das organizações sociais na consolidação de políticas públicas educacionais voltadas à inclusão e ao desenvolvimento humano.

Palavras-chave: políticas públicas; organizações sociais; educação; inclusão; Jaciara (MT).

Introdução

As relações entre Estado e sociedade civil ocupam posição central nas discussões contemporâneas sobre políticas públicas. A crescente complexidade social e a ampliação das demandas por serviços essenciais exigem novas formas de articulação entre o poder público e as instituições não estatais. Nesse cenário, as organizações sociais emergem como atores coletivos que colaboram na execução e no aperfeiçoamento de políticas públicas em diversas áreas, incluindo a educação.

A presença dessas entidades traduz uma tendência de corresponsabilidade na gestão social, em que o Estado mantém a função normativa e de coordenação, enquanto a sociedade civil organizada contribui com iniciativas complementares e inovadoras. No campo educacional, essa relação ganha particular relevância. A educação, concebida como direito social fundamental pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n.º 9.394/1996, depende não apenas de políticas estatais, mas também da participação social para se concretizar.

Nesse contexto, organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel significativo no apoio à inclusão, na mediação entre comunidades e poder público e na construção de práticas pedagógicas mais equitativas, tornando-se parceiras estratégicas do Estado ao colaborar para o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral dos sujeitos no ambiente escolar.

Entre as experiências brasileiras que ilustram essa cooperação, destaca-se a atuação da Associação Pestalozzi, instituição sem fins lucrativos voltada à educação inclusiva e à defesa





dos direitos das pessoas com deficiência. Presente em diversos estados brasileiros, a rede Pestalozzi constitui exemplo consolidado de parceria entre Estado e sociedade civil.

No município de Jaciara, em Mato Grosso, a associação atua como espaço de inclusão educacional e social, oferecendo serviços que dialogam diretamente com as políticas públicas locais. A realidade dessa instituição evidencia a relevância do tema e suscita o interesse em refletir sobre como as organizações sociais contribuem para o fortalecimento das políticas públicas educacionais em contextos municipais.

A partir desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que modo a Associação Pestalozzi de Jaciara colabora para a efetivação das políticas públicas educacionais e para a promoção da inclusão e da cidadania? Essa indagação nasce da constatação de que, apesar do reconhecimento legal e institucional das organizações sociais, ainda é reduzido o número de pesquisas que examinam empiricamente sua contribuição na execução das políticas públicas de educação em municípios de pequeno e médio porte.

Assim, o objetivo geral deste artigo é compreender as contribuições da Associação Pestalozzi de Jaciara para a consolidação das políticas públicas educacionais no município. Para alcançar esse propósito, foram definidos três objetivos específicos: analisar os fundamentos teóricos das políticas públicas e das políticas públicas educacionais; discutir o conceito e o papel das organizações sociais na gestão pública brasileira e examinar a atuação da Associação Pestalozzi de Jaciara como parceira do poder público na promoção de práticas educativas voltadas à inclusão.

A escolha por uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento deste estudo decorre da necessidade de interpretar o fenômeno em sua complexidade, privilegiando a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos e instituições envolvidos. Trata-se de uma pesquisa de natureza explicativa e de caráter bibliográfico-documental, pois se fundamenta na análise de textos legais, relatórios institucionais e referenciais teóricos.

O método dialético orienta o estudo, permitindo apreender as relações entre Estado e sociedade civil como processo contraditório, em permanente transformação. Essa perspectiva





possibilita observar como as tensões entre o público e o privado produzem novas formas de cooperação e de participação social no campo educacional.

As fontes foram analisadas com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo identificar categorias que revelam a articulação entre políticas educacionais, gestão pública e atuação social. O enfoque qualitativo e interpretativo favorece uma leitura contextualizada do objeto e oferece condições para compreender as múltiplas dimensões de sua atuação.

A justificativa acadêmica da pesquisa está associada à escassez de estudos que abordem empiricamente a atuação de organizações sociais em contextos municipais. A literatura sobre políticas públicas educacionais concentra-se, em geral, nas instâncias federal e estadual, relegando pouca atenção às dinâmicas locais, em que as políticas se materializam de modo mais direto.

Ao investigar a atuação da Associação Pestalozzi de Jaciara, o estudo contribui para ampliar o campo de análise das políticas públicas, incluindo a dimensão microssocial da gestão educacional. Já do ponto de vista social, a investigação se justifica pela relevância das ações da Pestalozzi na promoção da educação inclusiva. A entidade representa um espaço concreto de exercício da cidadania, em que o direito à educação se realiza de maneira compartilhada entre Estado e sociedade civil.

Ao oferecer atendimento educacional especializado e ações de integração social, a instituição reforça o compromisso público com a inclusão e evidencia a importância de políticas intersetoriais para o enfrentamento das desigualdades.

A escolha do município de Jaciara como lócus da pesquisa decorre de sua representatividade enquanto contexto municipal que reúne, em escala reduzida, as contradições e potencialidades das políticas públicas brasileiras. A experiência local permite observar, de modo mais próximo, os efeitos da descentralização administrativa e da cooperação entre poder público e organizações sociais.

A pesquisa busca não apenas descrever a atuação da Associação Pestalozzi, mas interpretá-la como expressão concreta da articulação entre Estado e sociedade na efetivação





do direito à educação. Assim, a análise transcende o caso específico e contribui para o debate sobre o papel das organizações da sociedade civil na construção de políticas públicas inclusivas e democráticas, sustentando a hipótese de que a cooperação entre Estado e sociedade civil é condição indispensável para o fortalecimento da educação pública no Brasil contemporâneo.

1 Fundamentos teóricos das políticas públicas e das políticas públicas educacionais

A discussão sobre políticas públicas constitui uma das áreas mais relevantes da administração e das ciências sociais aplicadas. Trata-se do campo de estudo que busca compreender as ações do Estado voltadas ao atendimento das demandas sociais e à regulação das relações econômicas e políticas.

De acordo com Souza (2006), políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de programas e ações empreendidas por governos com o objetivo de solucionar problemas coletivos. Essa definição sublinha o caráter processual e estratégico das políticas, que não se limitam à formulação de normas, mas incluem a execução, o monitoramento e a avaliação dos resultados.

Secchi (2014) complementa essa perspectiva ao afirmar que as políticas públicas resultam de um processo decisório que inclui múltiplos atores, estatais e não estatais, e se desenvolve em etapas interdependentes, conhecidas como ciclo da política pública. Esse ciclo compreende cinco momentos principais: identificação do problema, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (Secchi, 2014). A partir disso, verifica-se que as políticas públicas não são apenas produtos de vontade governamental, mas expressões de disputas e negociações entre diferentes setores da sociedade.

No contexto brasileiro, a CF/1988 redefiniu o papel do Estado na área social, estabelecendo a educação, a saúde e a assistência como direitos de todos e dever do poder público (Brasil, 1988). Essa mudança representou uma ruptura com o modelo centralizador e





excludente anterior, ao incorporar o princípio da gestão democrática e a participação social como fundamentos das políticas públicas.

Na educação, essa orientação foi detalhada pela Lei n.º 9.394/1996, que consolidou a responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios, bem como o dever de colaboração com a sociedade civil (Brasil, 1996). Assim, as políticas públicas educacionais são, portanto, instrumentos de concretização do direito à educação.

Riboli (2021) destaca que tais políticas articulam dimensões legais, administrativas e pedagógicas, orientadas à promoção da equidade e à redução das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, elas também refletem as tensões próprias do sistema educacional brasileiro, marcado por assimetrias regionais e pela coexistência de diferentes modelos de gestão. Assim, compreender as políticas educacionais requer observar tanto sua formulação normativa quanto as práticas institucionais que as tornam efetivas.

Nesse movimento, é possível identificar avanços e desafios persistentes. Entre os avanços, destaca-se a ampliação do acesso à educação básica e o fortalecimento das políticas de inclusão. Já os desafios são a desigualdade no financiamento, a fragilidade da gestão local e a dificuldade de garantir a permanência e o aprendizado de todos os estudantes. Tais questões remetem à importância das parcerias interinstitucionais e à atuação de entidades que complementam o trabalho do Estado, especialmente em contextos municipais.

A relação entre políticas públicas e democracia é outro aspecto essencial para a compreensão do tema. Para Souza (2006), as políticas são também mecanismos de exercício da cidadania, pois resultam da participação social nos processos decisórios. Nesse sentido, o Estado deixa de ser um ator exclusivo na definição e execução das políticas e passa a atuar em cooperação com organizações da sociedade civil, conselhos, fóruns e movimentos sociais.

Ademais, por meio da abordagem dialética, é possível compreender as políticas públicas como espaços de contradição e de síntese entre diferentes interesses. De um lado, representam o poder do Estado de regulamentar e de distribuir recursos; de outro, são influenciadas pelas pressões e pelas reivindicações sociais. Assim, a análise dialética adotada neste estudo considera que as políticas educacionais não se configuram apenas como





instrumentos administrativos, mas como produtos de lutas simbólicas e políticas em torno da definição do bem comum.

No campo educacional, essa perspectiva se manifesta na coexistência de políticas compensatórias e emancipadoras. Enquanto as primeiras buscam corrigir desigualdades, as segundas pretendem transformá-las estruturalmente. Dessa forma, a efetividade dessas políticas depende, em grande medida, da atuação das organizações sociais, que, ao articular comunidades e poder público, contribuem para tornar as ações governamentais mais próximas das necessidades reais da população.

Assim, o estudo das políticas públicas educacionais, em particular, no contexto municipal, exige reconhecer a relevância das mediações institucionais operadas por essas entidades.

2 O conceito e o papel das organizações sociais no contexto brasileiro

As organizações sociais foram institucionalizadas no Brasil pela Lei n.º 9.637/1998, como parte das reformas administrativas que buscaram modernizar a gestão pública e ampliar a eficiência dos serviços de interesse coletivo (Brasil, 1998). Trata-se de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas pelo poder público para desempenhar atividades não exclusivas do Estado nas áreas de educação, cultura, saúde e pesquisa científica, cuja configuração jurídica visa permitir maior flexibilidade administrativa e maior proximidade com as demandas sociais.

Entretanto, o fenômeno das organizações sociais no Brasil não se limita à dimensão jurídica. Ele é resultado de um processo histórico mais amplo de consolidação do chamado terceiro setor, que reúne instituições privadas de interesse público. Gohn (2000) observa que as organizações sociais são herdeiras dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, quando a sociedade civil se organizou em torno de causas, como a redemocratização, a reforma agrária e os direitos sociais.





A partir desse contexto, as entidades civis ampliaram seu escopo de atuação, transformando-se em espaços de mediação política e de formulação de propostas para o Estado. Segundo Fernandes (1997), o surgimento do terceiro setor representou uma mudança significativa nas formas de ação coletiva, uma vez que passaram a desempenhar funções que anteriormente eram exclusivas do Estado, sem, contudo, substituir sua responsabilidade. O autor argumenta que essa nova configuração social reflete uma busca por complementaridade entre Estado, mercado e sociedade civil, em que cada esfera assume responsabilidades compartilhadas na promoção do desenvolvimento social (Fernandes, 1997).

Destaca-se ainda que as organizações sociais diferem das organizações não governamentais (ONGs) tradicionais tanto em sua natureza jurídica quanto na forma de relação com o Estado. As ONGs configuram-se, em sentido amplo, como associações civis sem fins lucrativos, voltadas a causas sociais, podendo ou não estabelecer parcerias com o poder público. Já as organizações sociais possuem qualificação jurídica específica concedida pelo Estado, que as autoriza a celebrar contratos de gestão para a execução de atividades de interesse público em áreas como educação, cultura, saúde e ciência e tecnologia.

O contrato de gestão, instrumento central dessa qualificação, define metas, indicadores de desempenho e critérios de avaliação, assegurando maior controle e transparência sobre as ações executadas. Entretanto, a qualificação como organização social não é automática, pois depende de processo formal de habilitação e do cumprimento de requisitos legais, como a comprovação de finalidade pública, a capacidade técnica e a regularidade institucional. Assim, toda organização social é uma entidade da sociedade civil, mas nem toda entidade da sociedade civil é uma organização social, já que a condição depende de reconhecimento e vínculo contratual específico com o poder público.

No campo educacional, as organizações sociais desempenham um papel estratégico, uma vez que elas colaboram na implementação de programas de alfabetização, formação docente, educação especial e projetos socioculturais, muitas vezes suprimindo lacunas deixadas pelas administrações públicas. Medeiros (2007) salienta que essas entidades funcionam como





mediadoras entre políticas estatais e necessidades locais, traduzindo diretrizes gerais em ações concretas.

A participação das organizações sociais na educação, contudo, suscita debates, uma vez que, de um lado, questiona-se o risco de privatização indireta das políticas públicas, enquanto, de outro, defende-se que essas parcerias reforçam o princípio da corresponsabilidade social. Diante desse cenário, coaduna-se com o entendimento de Riboli (2021), que propõe compreender a atuação das organizações sociais não como substituição do Estado, mas como expressão de uma governança compartilhada, que combina controle público e iniciativa comunitária, enfatizando a importância do equilíbrio entre autonomia institucional e responsabilidade pública.

Assim, a Associação Pestalozzi constitui um exemplo expressivo de organização social de caráter educacional e inclusivo. Sua trajetória evidencia a consolidação do terceiro setor no Brasil e demonstra o potencial das entidades civis na democratização do acesso à educação e na efetivação de políticas públicas locais. Compreender o enquadramento jurídico e a inserção comunitária dessas organizações é fundamental para analisar de que modo a sociedade civil se articula com o Estado na construção e execução das políticas educacionais, especialmente no contexto do município de Jaciara, onde a experiência da Associação Pestalozzi revela, de forma concreta, essa cooperação institucional.

3 A atuação da Associação Pestalozzi de Jaciara como parceira do poder público na promoção da inclusão educacional

A Associação Pestalozzi de Jaciara integra a rede nacional coordenada pela Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI), criada em 1970 e com atuação reconhecida em todos os estados brasileiros. No município mato-grossense, a instituição foi fundada em 1985 e consolidou-se como referência na promoção da educação inclusiva, da reabilitação e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.





Sua atuação combina ações educacionais, culturais e de assistência social, em consonância com as diretrizes das políticas públicas educacionais e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015). A entidade tem caráter privado, sem fins lucrativos, e atua em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaciara, por meio de termos de colaboração e convênios firmados anualmente, conforme o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei n.º 13.019/2014).

O repasse municipal garante recursos para custeio de pessoal técnico, manutenção do espaço físico e aquisição de materiais pedagógicos. Em contrapartida, a instituição oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) e serviços complementares à rede pública, voltados principalmente a estudantes com deficiência intelectual e múltipla, bem como com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Atualmente, a associação atende, em Jaciara, entre 80 e 100 alunos, distribuídos entre turmas de AEE e oficinas de convivência. As atividades ocorrem em espaço próprio, com salas adaptadas, ambiente sensorial e área de convivência. A equipe é composta de professores especializados, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais. O trabalho é desenvolvido em regime de cooperação com as escolas públicas municipais, que encaminham os alunos e participam da elaboração conjunta dos planos de atendimento individualizados.

No âmbito educacional, a Pestalozzi desenvolve projetos pedagógicos voltados à formação integral de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual ou múltipla, articulando dimensões cognitivas, sociais e afetivas. Entre as principais ações, estão as oficinas de arte e cultura, música, informática e expressão corporal, bem como atividades esportivas e de socialização. Os projetos seguem as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e buscam garantir não apenas a escolarização, mas também o desenvolvimento da autonomia e da participação comunitária.

Além do atendimento direto, a entidade mantém programas de integração familiar e comunitária, com encontros mensais entre pais e educadores, palestras sobre inclusão e





campanhas de conscientização voltadas à população local. Essas iniciativas fortalecem o vínculo entre escola, família e comunidade, ampliando o alcance e a legitimidade das políticas públicas de educação especial. A Pestalozzi também participa ativamente dos conselhos municipais de educação e de assistência social, assegurando representação social e diálogo permanente com o poder público.

A parceria com a Prefeitura de Jaciara permite à instituição manter infraestrutura adequada e equipe técnica permanente, além de possibilitar a continuidade de projetos pedagógicos sem interrupções. Por sua vez, o município beneficia-se da expertise acumulada pela Pestalozzi ao longo de décadas no campo da inclusão educacional, o que se traduz em melhoria dos indicadores de atendimento e em formação continuada para professores da rede pública.

Essa relação de interdependência expressa o princípio da gestão compartilhada, em que o Estado reconhece e apoia a atuação das organizações da sociedade civil sem abdicar de sua responsabilidade legal pela educação pública. Nesse sentido, Teixeira (2004) observa que a educação inclusiva só se concretiza quando a escola se torna espaço de acolhimento e de reconhecimento das diferenças, o que requer políticas intersetoriais e parcerias estáveis entre Estado e sociedade.

Por fim, a experiência de Jaciara permite compreender que a educação inclusiva é resultado de um processo coletivo e dinâmico. A atuação da Associação Pestalozzi sintetiza a possibilidade de cooperação entre o Estado e a sociedade civil em prol da efetivação do direito à educação. Sua trajetória demonstra que a participação comunitária e o compromisso social podem transformar a gestão pública, tornando-a mais próxima, democrática e sensível às necessidades humanas.

Conclusão

A análise da atuação da Associação Pestalozzi em Jaciara permite compreender que as organizações sociais desempenham um papel essencial na concretização das políticas públicas





educacionais. Sua contribuição ultrapassa o campo da assistência e insere-se no horizonte da cidadania e da gestão democrática. Ao oferecer serviços educacionais voltados às pessoas com deficiência e ao promover ações culturais e esportivas, a entidade fortalece a rede pública municipal e amplia as possibilidades de inclusão social.

O estudo confirma que, embora as políticas públicas sejam formalmente elaboradas pelo Estado, sua execução depende de parcerias que envolvam múltiplos atores sociais. A Pestalozzi exemplifica essa relação de complementaridade, mostrando que a colaboração entre governo e sociedade civil pode resultar em práticas pedagógicas mais eficientes e humanizadas.

Assim, conclui-se que a experiência da Associação Pestalozzi de Jaciara traduz, em escala local, a concretização dos princípios constitucionais do direito à educação. Sua prática reafirma que a transformação social requer a união entre Estado e sociedade civil, mediada por instituições comprometidas com o bem comum. Essa relação não elimina a responsabilidade estatal, mas a potencializa, tornando a política pública mais próxima das necessidades reais da população.

A atuação da Pestalozzi mostra que é possível conciliar eficiência administrativa, compromisso social e respeito à diversidade. Trata-se de uma experiência que reafirma a importância da educação como instrumento de emancipação e da sociedade civil na condição de protagonista da construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

Referências

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JACIARA. *Dados institucionais e histórico*. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta>. Acesso em: 15 out. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.





BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF, 18 maio 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasil). *Políticas públicas educacionais*. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 15 out. 2025.

FERNANDES, Rubem César. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 21-46.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

MEDEIROS, Rogério. Crítica e resignação nas atuais relações entre o Estado e as ONG's. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, SC: Argos, 2007. p. 233-254.





RIBOLI, Cesar. Políticas públicas: fundamentos e dimensões contemporâneas. In: CERUTTI, Elisabete; PACHECO, Luci Mary Duso (orgs.). *Políticas públicas e gestão educacional*. Frederico Westphalen: URI, 2021. p. 205-222.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: 10.1590/S1517-45222006000200003.

TEIXEIRA, Cristina. Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2004, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2004.

Recebido em: 25/08/2025

Aprovado em: 28/09/2025

Publicado em: 29/10/2025

